



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS XII*
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

WILLIAN SALES SOUZA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REVISÃO
INTEGRATIVA**

GUANAMBI-BA

2018

WILLIAN SALES SOUZA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REVISÃO
INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação do *Campus XII*, localizado em Guanambi, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.
Orientadora: Prof.^a M.^a Rosilene Vila Nova Cavalcante.

GUANAMBI-BA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S729e

Souza, Willian Sales

Educação Física escolar na Educação do Campo: revisão integrativa /
Willian Sales Souza.-- Guanambi, 2018.
24 fls.

Orientador(a): Rosilene Vila Nova Cavalcante.

Inclui Referências

TCC (Pós-Graduação - Educação do Campo) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Educação.

1.Educação do Campo. 2.Educação Física. 3.Escola.

CDD: 370

WILLIAN SALES SOUZA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REVISÃO
INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação do *Campus XII*, localizado em Guanambi, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.
Orientadora: Prof.^a M.^a Rosilene Vila Nova Cavalcante.

Aprovado em 01 de setembro 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Rosilene Vila Nova Cavalcante
(Orientadora – *Campus XII/Uneb*)

Prof. Esp. Sebastião Carlos dos Santos Carvalho
(Examinador – *Campus XII/Uneb*)

Profa.^a Dr.^a Terezinha Camargo Magalhães
(Examinadora – *Campus XII/Uneb*)

Dedico este trabalho a todos que fazem dos seus dias
uma luta contínua para que a Educação do Campo
aconteça verdadeiramente.

AGRADECIMENTOS

Um ano se passou. Vive momentos intensos de alegria, de correria, de noites em claro, de lágrimas e de sorrisos. E só de pensar que quase desisto de me ingressar nessa pós-graduação imaginando o quanto iria demorar para chegar à conclusão. E aqui estamos. Nossa, como foi rápido.

Quero aqui, primeiramente agradecer a Deus, meu Senhor e Salvador, a quem devo toda honra e glória, por me oportunizar a dar mais um passo na minha formação profissional e pessoal. Sem a bênção e permissão Dele, eu não estaria aqui.

Estendo minha gratidão também à Sagrada Família de Nazaré, Jesus, Maria e José, a qual sou devoto, pela fiel e intensa intercessão para que eu me mantivesse em pé em mais essa batalha.

Agradeço também à minha família, meu pai Laurindo, minha mãe Neuza e minha irmã Dharlla que sempre estiveram ao meu lado me dando forças para não desistir, principalmente nos momentos de maior dificuldade. Muito obrigado! Amo vocês!

Não poderia deixar de agradecer também à minha namorada Thalissa que sempre me ajudou e incentivou desde o início, estando comigo nos momentos de alegria e também nos de tristeza e angústia. Te amo!

Agradeço a todos os meus colegas que a cada encontro me deram a graça de conhecê-los mais um pouco, com a troca de ideias, me ensinando a ser mais humano. Em especial agradeço à minha equipe, que fizemos praticamente todos os trabalhos juntos desde o início da pós e assim poder aproximar melhor de cada um, Meire, Keilane, Paulo e Ninfa. Também especialmente aos meus irmãos Marcílio, Júnior Balbino e Orlando (Landinho). Enfim, todos e todas que tive a oportunidade de conhecer. Tenho certeza que só essa amizade já valeu por tudo na pós. Muito obrigado.

Agradeço também à minha banca examinadora composta pela professora Terezinha, pelo professor Tião, e de um modo particular pela minha orientadora Leninha que esteve comigo nesse momento, com toda dedicação, de forma incansável e paciente com minhas perturbações, me orientando pelos melhores caminhos a serem seguidos.

E por fim, mas não menos especiais, agradeço à toda equipe UNEB, professores e funcionários, que deram a sua contribuição para que eu me tornasse uma pessoa melhor. Em especial agradeço ao professor Domingos e à professora Eugênia que estiveram à frente, dando o seu máximo para que essa pós acontecesse.

Muito obrigado. Que Deus abençoe grandiosamente a todos e todas!

Não vou sair do campo pra poder ir pra escola, Educação Física no campo é direito e não esmola. (Gilvan dos Santos, 2018 – Adaptado)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL	9
A EDUCAÇÃO DO CAMPO	10
METODOLOGIA.....	12
RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: REVISÃO INTEGRATIVA

Willian Sales Souza¹,
Rosilene Vila Nova Cavalcante²

RESUMO:

O presente trabalho foi elaborado a partir de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa no qual a coleta de dados foi feita a partir de levantamento bibliográfico nas plataformas digitais que trata da Educação do Campo. Tem como objetivo identificar e analisar as produções científicas da educação física escolar na educação do campo em eventos e revistas nacionais nos últimos cinco anos. O estudo evidenciou que apesar da Educação do Campo ter se desenvolvido no campo das pesquisas científicas, não há muitas produções que fazem a relação da mesma com a Educação Física, além de ser um espaço que tem sido pouco explorado. Diante disso concluiu-se que, faz-se necessário haja uma revisão dos currículos acadêmicos, bem como a ocupação dos espaços do campo cabidos aos profissionais de Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Educação Física; Escola.

ABSTRACT:

The present work was elaborated from an integrative review, with qualitative approach in which the data collection was done from a bibliographic survey in the digital platforms that deals with the Field Education. It aims to identify and analyze the scientific productions of school physical education in the field education at national events and magazines in the last five years. The study evidenced that although Field Education has developed in the field of scientific research, there are not many productions that make the relation of it with Physical Education, besides being a space that has been little explored. Therefore, it was concluded that there is a need for a review of academic curricula, as well as the occupation of the spaces of the field fit for Physical Education professionals.

KEY WORDS: Field Education; Physical Education; School.

¹Graduado em Educação Física. Docente da Rede Municipal de Ensino de Caculé, BA. Pós-Graduando em Educação do Campo. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

²Professora Auxiliar da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Campus XII Guanambi, BA. Mestre em Educação Física. Universidade Católica de Brasília – UCB/DF, Brasil.

INTRODUÇÃO

Muitas são as tentativas de encontrar um conceito para a Educação Física, porém, devido a sua amplitude de significados e possibilidades não existe uma definição pronta para tal. Seria a Educação Física, jogo? Ciência? Esporte? Com a intenção de apresentá-la, diremos aqui que a Educação Física, assim como os próprios autores dizem, de forma provisória, “(...) é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 33). Por este motivo, a Educação Física traz junto com essa riqueza de opções de atividades uma diversidade de conteúdos que permite ao indivíduo um desenvolvimento físico e intelectual amplo, tanto para si próprio quanto para a sociedade em que vive.

Dessa forma, contribuindo com esta afirmação, podemos dizer que:

Quando nos referimos a conteúdos, estamos englobando conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho, de lazer e de convivência social, valores, convicções e atitudes (DARIDO, 2012, p. 52).

Nesse sentido de desenvolvimento do ser humano, a Educação do Campo vem com essa proposta de luta pelos direitos daqueles que fazem parte do campo, buscando fortalecimento e melhorias para tais indivíduos. Como afirma Caldart (2012):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

Se observarmos, podemos perceber claramente a ligação entre essas duas áreas, visto que a Educação Física possibilita ao homem um desenvolvimento de suas mais variadas habilidades, o que facilita a formação de indivíduos críticos e pensantes no campo, os quais através da Educação do Campo se tornem frente das lutas por um espaço com maior qualidade no campo. Aqui podemos destacar o papel fundamental dos professores de Educação Física das escolas do campo, pois como destaca CALDART et al. (2012, p. 264) “os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola”.

Mas e o no meio científico tem surgido estudos tratando dessa relação e buscando caminhos para que ela se estreite? No Brasil, as discussões e produções científicas que tratam sobre a Educação Física em suas mais diversas áreas tem crescido, tanto no âmbito formal

quanto no não-formal, visto que a quantidade de formandos no curso tem aumentado. Segundo o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2017), o curso de Educação Física é um dos mais procurados pelos candidatos no *Sistema de Seleção Unificada (Sisu)*, e de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) no *Censo da Educação Superior 2016*, mais 39 mil estudantes concluíram a graduação em instituições públicas e privadas no Brasil, quantidade esta superior ao censo anterior realizado em 2015 que correspondeu a pouco mais 36 mil. Isso remete a um aumento significativo dos concluintes do curso e conseqüentemente a um aumento no quantitativo de tais produções.

No que tange à Educação do Campo é possível notar que a mesma tem ganhado visibilidade e espaço, e assim fortalecido sua luta, não apenas no meio acadêmico, mas também através de movimentos, associações, sindicatos, entre outros meios. Podemos destacar ainda a criação de cursos de graduação e pós-graduação, bem como eventos e revistas que tratam especificamente da Educação do Campo, gerando assim conhecimento científico na área.

Corroborando com essa afirmação Molina (2003) apud Fernandes e Molina (2018) vem afirmar que:

A espacialização da Educação do Campo acontece também pela ampliação das parcerias e pelo fato dos movimentos estarem colocando este paradigma na agenda dos estados e dos municípios através de seminários, encontros e publicações de Educação do Campo (MOLINA, 2003 apud FERNANDES; MOLINA, 2018, p. 13).

Por outro lado, é visto que poucas são as produções científicas fazendo essa relação entre a Educação Física e a Educação do Campo. Nesse sentido, é de grande relevância e faz-se necessário trazer para o centro das discussões a possibilidade desse envolvimento, no intuito de viabilizar novas publicações e assim poder impactar de maneira mais concreta a sociedade, visando o desenvolvimento do homem/mulher na sua integridade.

Desse modo, o problema central deste estudo se apresenta da seguinte forma: Como tem se desenvolvido as produções científicas da educação física em revistas e eventos da educação do campo no Brasil?

Na busca de chegar à resolução do problema proposto, o presente artigo teve como objetivo identificar e analisar as produções científicas da educação física escolar na educação do campo em eventos e revistas nacionais que tratam da educação do campo nos últimos cinco anos.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL

Ao longo da história a Educação Física Escolar no Brasil, a mesma vem se desenvolvendo no intuito de melhor atender o seu público. A sua implantação nos currículo escolar tem uma variação de datas, pois segundo Betti (1991) apud Ferreira e Sampaio (2013), a introdução da Educação Física na escola se deu através da Reforma Couto Ferraz em 1851, porém só em 1882 foi colocada como obrigatória a prática da ginástica nas escolas. Contudo, ainda mais tarde, só em 1920 que vários estados incluem a Educação Física em suas reformas educacionais. Nesse sentido, a Educação Física se inicia no meio escolar passando por diversas tendências e abordagens até chegar aos dias atuais.

Desde a sua implantação até os anos de 1930 se desenvolveu a Tendência Higienista, com o objetivo de criar nos alunos “(...) hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício” (DARIDO, 2003, p. 1). De acordo com Soares (2004), neste período os professores eram da área da medicina, os quais determinavam movimentos de ginástica calistênica e os alunos doentes eram excluídos das aulas.

Após este período surge a Tendência Militarista, que como o próprio nome sugere, buscava formar homens fortes e preparados para as guerras. Ratificando esta informação, Coletivo de Autores (1992) apud Darido (2003) narra que nessa tendência:

(...) os objetivos da Educação Física na escola eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra, por isso era importante selecionar os indivíduos "perfeitos" fisicamente, excluir os incapacitados, contribuindo para uma maximização da força e do poderio da população (COLETIVO DE AUTORES, 1992 apud DARIDO 2003, p.2).

Cabe aqui destacar uma observação relevante no que se trata destas duas primeiras tendências, quando Darido (2003) diz que:

Ambas as concepções higienista e militarista da Educação Física consideravam a Educação Física como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que lhe desse suporte. Por isso, não havia distinção evidente entre a Educação Física e a instrução física militar” (DARIDO, 2003, p. 2)

Seguinte a isso, no período entre 1945 a 1964, surge a Tendência Pedagógica, que como aponta Ferreira e Sampaio (2013), “foi inspirada no discurso liberal da escola nova e buscava efetivar um caráter mais educacional à Educação Física”, ou seja, procurava discutir assuntos que antes eram trabalhados apenas de forma prática, como higiene, alimentação saudável, entre outros.

Logo após este período nasce a Tendência Esportivista, que se inicia em 1964 e se estende até 1985. Neste período, no Brasil acontecia a ditadura militar, e com o objetivo de passar uma boa imagem ao mundo a Educação Física é utilizada na promoção dos esportes.

De acordo com Ferreira (2009) apud Ferreira e Sampaio (2013):

A Educação Física passa a ser dominada pelos esportes, melhor, passa a ser sinônimo de esportes. Há uma exclusão generalizada daqueles que não possuem habilidades, a competição passa a ser o objetivo do processo. A relação professor-aluno passa a ser técnico-atleta (FERREIRA, 2009 apud FERREIRA; SAMPAIO, 2013).

Diante dessa situação, é possível notar que a Educação Física muitas vezes ainda é desvalorizada no ambiente escolar, pois durante todos estes anos, como reitera Bracht (2010, p. 1), “enquanto em outras disciplinas escolares o conteúdo sempre foi entendido como um conhecimento de caráter conceitual, na Educação Física, ele era visto como uma atividade”.

Com o fim da ditadura militar, em 1985, manifesta-se outra tendência que segue até os dias de hoje, a Tendência Popular, que oportuniza ao aluno manifestar-se de forma mais ativa e crítica em relação às atividades propostas em sala de aula.

À respeito disso Ferreira (2009) apud Ferreira e Sampaio (2013) discorrem que:

A Educação Física pautada na tendência Popular é dominada pelos anseios operários de ascensão na sociedade. Conceitos como inclusão, participação, cooperação, afetividade, lazer e qualidade de vida passam a vigorar nos debates da disciplina. O aluno, depois de um longo período, desde a tendência Pedagogista, entre 1945 e 1964, passa a ser parte do processo, sendo ouvido, podendo sugerir e criticar (FERREIRA, 2009 apud FERREIRA; SAMPAIO, 2013).

A partir daí surgem também as diversas abordagens com vieses diferentes de acordo com o objetivo de cada uma, como a “Crítico-Superadora”, a “Desenvolvimentista”, a dos “Jogos Cooperativos”, a dos “Parâmetros Curriculares Nacionais”, dentre outras, cada uma com suas particularidades, porém que fazem da Educação Física Escolar uma disciplina ainda mais rica e diversificada na forma de trabalho com os conteúdos.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A expressão Educação do Campo, como afirma Caldart (2012), surgiu do termo “Educação Básica do Campo” que foi criado a partir da “*I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*” realizada em Luziânia-GO em 1998. Passou a ter a nomenclatura atual partindo de debates no “*Seminário Nacional*” que aconteceu em Brasília em 2002, e sendo confirmado na “*II Conferência Nacional*” em 2004 no mesmo local.

De acordo com Caldart (2012, p. 259), a Educação do Campo “(...) nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”.

A história da Educação do Campo no Brasil é marcada por constantes lutas pelos direitos dos homens e mulheres do campo. Sendo assim é possível considerar que a Educação do Campo está diretamente ligada aos movimentos sociais. Como aponta Arroyo (2004):

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p. 73).

Neste contexto, muitas são as lutas dos movimentos ligados à Educação do Campo para que se consiga direitos através de definições legais, e ainda mais para fazer valer as leis que garantem tais direitos. Porém nem sempre a legislação que se refere à educação contempla a Educação do Campo, deixando-a excluída. Como descreve Filho et al (2018):

Desde que foi criada a Primeira Lei Geral de educação no Brasil, de 15 de outubro de 1824 que dispunha sobre a educação no Brasil, os habitantes do meio rural estiveram relegados à marginalidade, no tocante à construção de planos educacionais que fossem condizentes com sua realidade e modo de vida (FILHO et al, 2018).

O que se vê é que a Educação do Campo constantemente é tratada como educação rural, sem uma atenção voltada às necessidades dos indivíduos locais, sendo que, conforme Caldart (2012) é oferecida uma educação sem adaptações para o campo, ou seja, são aplicados os mesmos métodos de ensino utilizados nas áreas urbanas.

Um marco legal importante que garante o funcionamento da Educação do Campo em seu real sentido está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 28, que diz:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Outra conquista mais recente é o DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Um dos pontos destacáveis é o que está disposto no artigo 1º, dando garantia ao acesso à educação básica e superior de qualidade para os indivíduos do campo.

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010).

À vista disso, observa-se que grandes foram as conquistas da Educação do Campo, porém que a luta é constante e que muito ainda se tem a conquistar, sempre com o olhar avante e a esperança da vitória.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa no qual a coleta de dados foi feita a partir de levantamento bibliográfico nas plataformas digitais que trata da Educação do Campo. “A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente” (ALCOFRADO; ERCOLE; MELO, 2014, p. 9). Dessa forma, observa-se a relevância de tal pesquisa, visto que, segundo Polit e Beck (2006) apud Galvão, Mendes e Silveira (2008, p. 759) “a revisão integrativa possibilita a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos”.

Para elaboração do presente estudo foi realizado um levantamento das produções científicas nos últimos 5 anos, entre 2013 e 2018, nas seguintes bases de dados: Encontro Baiano de Educação do Campo realizado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus I, Seminário Internacional e Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo, promovido pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Revista Brasileira de Educação do Campo, desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

O critério para seleção dos artigos seguiu a partir da busca de publicações com as palavras chaves “Educação Física” e “Educação do Campo”, resultando assim em 7 artigos. Após a leitura dos resumos, selecionamos 03 (três) publicações que atendiam ao objetivo deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após levantamento de dados, chegamos à 03 (três) produções científicas que foram organizadas conforme o Quadro 1. Vale salientar que nos anais do Encontro Baiano de Educação do Campo realizado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB foi encontrado apenas 01 (um) artigo com a temática aqui discutida na edição de 2018, todavia, o mesmo ainda não foi disponibilizado na íntegra, fato esse que impossibilitou a análise do mesmo.

Quadro 1 – Publicações encontradas nos anais de eventos e revistas

AUTOR	TÍTULO	MEIO	ANO
DUARTE, Lourdes do Nascimento.	A Educação Física e o processo inclusivo: um olhar aproximado numa escola do campo.	Seminário Internacional e Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação, do Campo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).	2013
SANTOS, Cristóvão da Cruz; CRUZ, Amália Catharina Santos.	O conhecimento sobre o lazer no curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus/DCH IV e a especificidade da Educação do Campo.	Revista Brasileira de Educação do Campo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).	2016
CONCEIÇÃO, Silvano da; BRITO, Poliana Freitas.	A Educação Física como componente curricular de uma escola do campo do município Jitaúna/Bahia.	Revista Brasileira de Educação do Campo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).	2018

Fonte: Elaboração dos autores com os dados da pesquisa

O estudo de Duarte (2013) tem como objetivo trazer uma colaboração para as discussões a respeito da construção de relações sociais, diversidade e diferença dentro das aulas de Educação Física em uma escola do campo a partir das particularidades dos sujeitos envolvidos naquele meio rural. Para isso a autora se utilizou da observação das atividades aplicadas nas aulas de Educação Física em sua turma do 4º ano do ensino fundamental em uma escola localizada na zona rural do município de Sorocaba-SP, com enfoque no processo inclusivo, a diferença e a interação social de uma criança com deficiência intelectual. No presente trabalho é possível notar as dificuldades de inclusão da criança com deficiência, porém que o processo inclusivo é visto como algo que pode quebrar as barreiras que impedem aos portadores de deficiências de ter um papel colaborativo na construção da sociedade, tirando-os da passividade.

Diante do que foi apresentado e fazendo um comparativo entre os indivíduos da cidade e do campo, Duarte (2013) vem discutir que:

A vida urbana está vinculada ao desenvolvimento seja na indústria, comércio e consumo desta forma sendo vista como paradigma de vida boa a ser vivida. O desafio apresentado é se o homem do campo é visto com inferioridade, o indivíduo com necessidade especial na escola do campo é invisibilizado (DUARTE, 2013).

Levando em consideração a afirmação da autora, é necessário que se observe que isso se dá pelo fato que o “diferente” muitas das vezes é inferiorizado, e que como aponta Omote (2006) a diferença advinda da deficiência traz a possibilidade de preconceito, principalmente quando une o “ser do campo” ao “ser deficiente”. Porém o ser humano tem essa necessidade de se diferenciar, pois é algo natural, que faz parte de si ao longo da sua evolução, ou seja, não deveria torná-lo superior. Reforçando essa ideia Omote (2006) vem dizer que:

Deve-se considerar que nem todas as diferenças são variações da normalidade; nem todas as diferenças têm sentido de vantagem para a pessoa portadora ou para outras. Muitas das diferenças incapacitantes resultam de condições sociais altamente desvantajosas, decorrentes da enorme desigualdade social. Outras diferenças incapacitantes resultam de condições constitucionais, como anomalias genéticas, outras patologias congênitas e adquiridas, traumatismos e enfermidades. Independentemente da natureza e do grau de comprometimento, todas essas pessoas devem ser tratadas com dignidade e têm o direito de receber serviços de qualidade para atender às suas necessidades especiais. Qualquer discriminação imposta a elas é inaceitável (OMOTE, 2006, p. 269).

No que diz respeito à área da educação, a Declaração de Salamanca no termo que trata da estrutura de ação em educação especial diz que “o princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p.3). Contudo, não basta apenas receber e acomodar para que o dever seja cumprido, sem que haja o que verdadeiramente é relevante para as crianças com algum tipo de deficiência, que é além da inclusão, a possibilidade de interação com as outras, sendo respeitada pelas suas diferenças. Para isso, como afirma Sanches; Teodoro (2006) apud Martins (2014, p. 639) “nos ambientes ditos inclusivos deve prevalecer uma cultura inclusiva implicando uma mudança de atitudes no seio da comunidade educativa”. Assim sendo, para que isso aconteça é necessário que haja investimentos em formações do corpo docente, bem como em todo quadro de funcionários, além da adaptação de estrutura física nas escolas para um melhor acolhimento daqueles que necessitam de atendimento especial, assim como de suas famílias.

Afunilando essas questões para o campo da Educação Física, Rodrigues (2018) destaca que a mesma “é julgada uma área importante de inclusão dado que permite uma ampla participação mesmo de alunos que evidenciam dificuldades”, já que a mesma possui uma gama de oportunidades que através de suas atividades tem essa capacidade de atrair os

alunos, seja voltada para o lúdico ou competitivo, permitindo o trabalho da cooperação, do respeito, da interação social, do diálogo, da autonomia, entre outros princípios, facilitando assim o processo de inclusão.

Como conclusão deste estudo, Duarte (2013) traz a declaração de que “os diversos setores da sociedade devem se comprometer na construção e implementação de políticas públicas para essas pessoas com deficiência e garantir educação de qualidade, onde se efetive o processo de aprendizagem, de fato, e a construção de uma sociedade inclusiva”.

No segundo estudo, Santos e Cruz (2016) apresentam como objetivo analisar como acontece a formação dos professores de Educação Física para atuação no campo, levando em consideração o conhecimento sobre o lazer. Tiveram como questão problema: “como está sendo desenvolvido o debate sobre a formação de professores de Educação Física na Educação do Campo, a partir do conhecimento do lazer?” (SANTOS; CRUZ, 2016, p. 324).

Os autores se utilizaram de revisão bibliográfica com natureza qualitativa através de análise de conteúdo com base no materialismo dialético na perspectiva Marxista dialética, na qual tiveram como principal fonte a estrutura curricular do curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV em Jacobina-BA.

A partir dos resultados encontrados, foi percebido que a Educação do Campo não consta em nenhuma ementa dos 46 componentes curriculares do curso que são divididos em 8 blocos, nem individualmente, nem relacionada ao lazer.

Tratando-se do assunto “lazer”, um dos conceitos mais trabalhados no Brasil, e ainda assim, bem criticado por alguns autores é o de Dumazedier, no qual o caracteriza como:

(...) conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973 apud MARCELLINO, 2007, p. 16).

Sendo assim, é observável que o lazer possui um vasto campo de atuação para o profissional de Educação Física, porém este profissional não tem ocupado os ambientes rurais com este intuito, o que traz para o mesmo, perda de área de atuação. Nestes ambientes o lazer é desenvolvido pelos próprios indivíduos locais em bares, igrejas, ou até em família. Diferente disso, é visível que nas cidades tem-se havido investimentos em espaços que englobam tal profissional, como academias, clubes, quadras, entre outros. Neste sentido, faz-se necessário a luta dos profissionais da área por criação de políticas públicas e espaços que atendam também ao meio rural, fazendo assim valer a Educação do Campo voltada para o lazer e aumentando sua área de atuação.

Um ponto destacável na pesquisa é a observação dos autores quando apontam que “os alunos ingressam no curso e se formam sem conhecer o termo Educação do Campo” (SANTOS; CRUZ 2016, p. 330). Tal fato merece uma atenção especial, pois é visível que as produções científicas no Brasil que tratam da Educação Física na Educação do Campo são extremamente escassas. Partindo dessa afirmação, é provável dizer que tais produções não estejam sendo realizadas por motivo dessa falta de conhecimento do tema pelos alunos.

Comprovando essa declaração, Santos e Cruz (2016) ratificam que:

A dificuldade ou a falta de interesse em pesquisar a Educação do Campo pode estar diretamente ligada à falta de conhecimento dos docentes, falta de estímulo pela própria instituição, ou seja, a falta de motivação durante o percurso do curso torna difícil o acesso pelo estudante a determinados conhecimentos (SANTOS; CRUZ 2016, p. 336).

Cabe aqui descrever que ao longo de muitos anos a Educação do Campo vem lutando na busca de ganhar espaço e visibilidade na sociedade através do desenvolvimento de projetos, realização de cursos, eventos, entre outros meios. Contudo a luta ainda é árdua, principalmente pelo motivo de bater de frente com o sistema capitalista que detém o poder dos maiores meios de formação e produção. Assim sendo, cabe também à universidade, que tem o papel de contribuir com a construção de uma sociedade mais igualitária, o dever de informação e formação dos seus alunos para a atuação no campo, trazendo assim benefícios para os profissionais com a oportunidade de atuação em mais espaços, e para a sociedade que será atendida.

Na presente pesquisa Santos e Cruz (2016) chegam à conclusão de que os ementários estudados possuem lacunas que necessitam serem revistas e assim inserir no currículo de formação de professores de Educação Física da citada universidade conhecimentos e vivências voltadas para a Educação do Campo, principalmente fazendo essa relação com o lazer, o que levará a uma aproximação de tal campo de atuação, aumentando assim o número de produções científicas relacionadas à área.

No terceiro e último estudo, Conceição e Brito (2018) objetivam “analisar as ações pedagógicas que foram priorizadas pela docente no desenvolvimento da disciplina de educação física”. Para este fim foi aplicado um questionário semiestruturado com uma metodologia de cunho qualitativo, além de acompanhamento e observação de aulas. Durante o percurso da pesquisa fez-se necessária a análise dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

De acordo com Brasil (2002), com a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 o termo Educação Rural foi substituído por Educação do Campo. Segundo Silva e Costa (2006) apud Conceição e Brito (2018):

A Educação Rural era apenas vista como espaço físico sem proposta de mudança dentro das demandas de uma sociedade capitalista; já a Educação do Campo concebe o campo como lugar de lutas sociais por uma educação que reafirme a identidade do campo (SILVA; COSTA, 2006 apud CONCEIÇÃO; BRITO 2018, p. 436).

A partir dessa asserção, podemos afirmar que essas lutas partem da busca por uma educação de qualidade, o que inclui a Educação Física estruturada de acordo com a necessidade do público do campo, dado que a tal disciplina é apresentada como obrigatória, garantida pela Lei 9394/96 – LDB em seu artigo 26, fazendo parte de um currículo que mescla uma base nacional comum com uma parte diversificada compreendendo “... características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

Em consonância com isso, Conceição e Brito (2018) expressam que:

Diante da complexidade que envolve o campo torna-se difícil a organização teórico-metodológica da Educação Física devido a gama de especificidades existente no campo, porém, é fundamental que exista uma aproximação da Educação Física com a Educação do Campo para que ocorra um aprendizado significativo para os alunos campesinos (CONCEIÇÃO; BRITO 2018, p. 438-439).

Nessa perspectiva, conforme as colocações dos autores, é possível pensar em uma Educação Física formadora de homens e mulheres do campo em sua totalidade, já que a mesma possui uma amplitude de conhecimentos que podem se adequar à Educação do Campo, valorizando a cultura corporal e os conhecimentos prévios dos indivíduos, trazendo assim inúmeras possibilidades de ações.

É necessário que a Educação Física saia dos seus limites e acomodações, e deixe de ser apenas um momento de curtição para os alunos. Cabe aqui ressaltar a importância e responsabilidade do professor diante das situações em que está exposto, não permitindo que tal disciplina seja considerada “passa-tempo”, mas que tenha o objetivo da formação de cidadãos críticos. Reforçando essa discussão, Conceição e Brito (2018) dizem que “(...) o papel primordial da escola é propiciar meios para que a educação sirva de emancipação dos alunos e que estes se tornem indivíduos críticos frente à realidade que o cercam”.

A partir dos resultados da presente pesquisa, Conceição e Brito (2018) fecham com a ideia de que as principais dificuldades de se desenvolver o processo de ensino-aprendizagem na Educação Física no campo se dão pela falta e/ou precariedade da infraestrutura e materiais didáticos, resultado do descaso por parte do poder público.

Outro ponto visto pelos autores é a necessidade da reconstrução do Projeto Político Pedagógico, e através dele produzir procedimentos metodológicos e materiais pedagógicos que atendam as especificidades do campo, deixando de seguir na integridade o mesmo modelo aplicado nas escolas urbanas.

Por fim, mas não menos importante, os autores ressaltam a imprescindibilidade das universidades incorporarem em seus currículos disciplinas que tratem da Educação do Campo, trazendo assim aos futuros educadores uma base para o trabalho em tal espaço.

Diante do que foi apresentado nos três estudos é possível visualizar que há uma unicidade nas pesquisas de Duarte (2013) e Conceição e Brito (2018) no que diz respeito à estrutura das escolas do campo, uma vez que há uma desatenção por parte do governo, fato que afeta diretamente os alunos, interferindo assim no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, há uma necessidade de se haver um maior investimento nas escolas do campo, e a busca do mesmo deve partir dos mais interessados, que são os alunos, famílias e educadores, através da luta constante por uma Educação do Campo de qualidade que tenha como foco a inclusão, seja de culturas, crenças ou mesmo de pessoas.

Outra singularidade de ideias se encontra nas produções de Conceição e Brito (2018) e Santos e Cruz (2016) quando se fala de currículo das universidades. Os autores compartilham do pensamento de que é necessária a implementação de disciplinas ou temáticas voltadas para a Educação do Campo no curso de Educação Física, visto que não há sequer conhecimento de tal termo por parte dos alunos do curso, o que gera um despreparo para a atuação no campo e a escassez de produção de ciência relacionando a Educação Física com a Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos aqui analisados, fica visto que a Educação do Campo, através de suas lutas, tem ainda que de forma lenta se tornado uma questão discutida no Brasil, objetivando um olhar de atenção voltado para o homem e mulher do campo. Contudo, ainda é pouco vista se observada de ângulos específicos, como é o caso da Educação Física. Tal fato se dá pelo motivo que nessa perspectiva o meio acadêmico ainda tem sido pouco explorado, visto que a partir deste local podem surgir discussões que favoreçam a luta pela Educação do Campo. Nesse sentido, cabe às instituições de educação superior uma revisão curricular

visando a implantação da Educação do Campo, o que gerará novas possibilidades atuação e mais pesquisas e produções científicas na citada temática.

Na ocasião, cabe darmos um destaque especial para a educação inclusiva no campo. Se versar sobre a educação inclusiva já é desafio na educação atual, quando se trata se educação inclusiva na especificidade do campo se torna ainda maior. A educação inclusiva não pode ser pensada apenas como integração. É preciso que se volte o pensamento para uma educação do campo que seja realmente inclusiva, onde há uma sistematização do modelo de ensino voltado para todos os alunos, e não uma mera adaptação de conteúdos para atender os indivíduos com necessidades especiais, ou ainda pior, uma adaptação do próprio aluno para se inserir naquele espaço.

Embora existam dificuldades claras para a efetivação da Educação Física em espaços do campo, é preciso que a luta dos profissionais dessa área não se cale diante dos obstáculos, mas se fortaleça, procurando ocupar estes locais com o objetivo de colaborar na formação de indivíduos pensantes e críticos com a realidade em que estão inseridos, valorizando suas culturas, e com a esperança de evolução e melhorias para o campo.

Enfim, esperamos que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento das discussões que tratam da Educação Física como um componente influente para a realização da Educação do Campo, se utilizando de suas riquezas de conteúdos e aplicações, visando sempre o crescimento do homem e da mulher do campo como seres ativos na busca por uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant; ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **REME - Rev Min Enferm.** 18(1): 1-260. jan/mar, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRACHT, Valter. **A educação física no ensino fundamental.** Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7170-3-6-educacao-fisica-ensino-fundamental-walter-bracht/file>>. Acesso em: 19 julho 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 20 agosto 2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/uab/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>>. Acesso em: 20 agosto 2018.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** Coleção Magistério 2º grau – série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1992.

CONCEIÇÃO, Silvano da; BRITO, Poliana Freitas. A Educação Física como componente curricular de uma escola do campo do município Jitaúna/Bahia. **Revista Brasileira de Educação do Campo.** Tocantinópolis, v. 3, n. 2, p. 433-450, ISSN: 2525-4863, mai./ago. 2018.

CONFED. **Maioria dos diplomas em educação física é da licenciatura, mas procura pelo bacharelado tem crescido.** 2017. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/confef/comunicacao/clipping/1114>>. Acesso em: 19 julho 2018.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura.** (Coleção: polemicas do nosso tempo). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

_____. **Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e significados.** In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 51-75, v. 16.

DUARTE, Lourdes do Nascimento. **A Educação Física e o processo inclusivo: um olhar aproximado numa escola do campo.** Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo - 2013- Vol. 2. Ano 2013. Disponível em:

<<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013>>. Acesso em: 02 agosto 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo.** Disponível em:

<<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

FERREIRA, Heraldo Simões; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. **EFDeportes.com, Revista Digital.** Buenos Aires - Ano 18 - Nº 182 - Julho de 2013. Disponível em:

<<http://www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 10 julho 2018.

FILHO, José Antônio da Silva; SILVA, Álisson Jarbas Leite da; OLIVEIRA, Maria Juciana dos Santos; SILVA, Cicero Nilton Moreira da. **Breve relato histórico sobre Educação no Campo: reflexos no município de Encanto-RN.** Editora Realize. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_24_09_2014_14_51_01_idinscrito_702_9a126717f9a3a9f8815229f3b3bc42e0.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2018.

GALVÃO, Cristina Maria; MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 758-64, 2008.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016.** Brasília, DF: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2017. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 julho 2018.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer: Formação e atuação profissional.** Campinas, SP: Papyrus, 1995 – Coleção Fazer Lazer. 8ª edição, 2007.

MARTINS, Celina Luísa Raimundo. **Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes.** Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. de 2014. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/html/1153/115330607011/>>. Acesso em: 25 agosto 2018.

OMOTE, Sadao. **Inclusão e a questão das diferenças na educação.** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 251-272, out. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10589/10117>>. Acesso em: 25 agosto 2018.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas.** Sociedade Portuguesa de Ed. Fís., 24/25, p. 73-81. Disponível

em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2018.

SANTOS, Cristóvão da Cruz; CRUZ, Amália Catharina Santos. O conhecimento sobre o lazer no curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus/DCH IV e a especificidade da Educação do Campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 318-343, ISSN: 2525-4863, jul./dez. 2016.

SANTOS, Gilvan dos. **Não vou sair do campo**. Cantares da Educação do Campo. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/22/cantares-da-educac-a-o-do-campo.html>>. Acesso em: 11 agosto 2018.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.